

Centrão se retira e adia definição da propriedade

Do Sucursal de Brasília

Parlamentares do Centrão se retiraram do plenário do Congresso constituinte por alguns minutos, na sessão de ontem, e impediram a rejeição da proposta do grupo sobre o conceito de propriedade. Embora a Mesa registrasse a presença de 337 parlamentares na Casa, apenas 244 votaram e a sessão teve que ser encerrada, às 12h05, por falta de quórum (280 votos). O texto do Centrão obteve 20 votos favoráveis, 208 contrários e 16 abstenções.



A proposta do Centrão foi objeto de um destaque de votação em separado (DVS), apresentado pelo senador Mário Covas (PMDB-SP). Este instrumento recoloca determinado parágrafo de um capítulo já aprovado em votação, quando o plenário precisa confirmá-lo ou não. É como se ele não tivesse sido aprovado antes, em conjunto. Para a confirmação, são necessários 280 votos, mas se não houvesse 280 votos a favor nem contra, ele seria rejeitado por falta de quórum qualificado. Neste caso, se caminhar para o "buraco cinzento", o que o Centrão evitou com a saída de alguns de seus integrantes do plenário. Como não houve quórum para a votação, ela será repetida segunda-feira, mantendo-se, em princípio, o texto do Centrão.

A sessão de ontem, iniciada às 9h, foi tumultuada desde o início. Os parlamentares concentraram suas críticas aos cartazes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) —que apontam os membros do Centrão como "traidores do povo"— e ao presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, que na véspera encerrara a sessão quando já havia se iniciado o processo de votação do conceito de direito de propriedade. A "esquerda" não se conformou.

O líder do PC do B na Câmara, Haroldo Lima (BA), disse que o encerramento da sessão foi "uma das maiores manifestações de cumplicidade do dr. Ulysses com o Centrão". Disse que "a liderança mais destacada" do grupo era Ulysses Guimarães e que o lema do presidente do Congresso constituinte é "tem votação, desde que o Centrão ganhe". Com a intenção de defender Ulysses, Jorge Arbage (PDS-PA), membro do Centrão que presidia a sessão, disse que a decisão havia sido tomada "num raro momento de equilíbrio e lucidez" do deputado.

O líder do PT, Luis Inácio Lula da Silva, disse que não podia admitir que "558 constituintes estivessem à disposição do presidente da Constituinte quer ou não acordo para iniciar a votação". O PT, entretanto, gostou da decisão de Ulysses de colocar a proposta de Covas em votação, ontem, contrariando os interesses do Centrão.

"Centro Democrático" pode deixar grupo e se realinhar com o PMDB

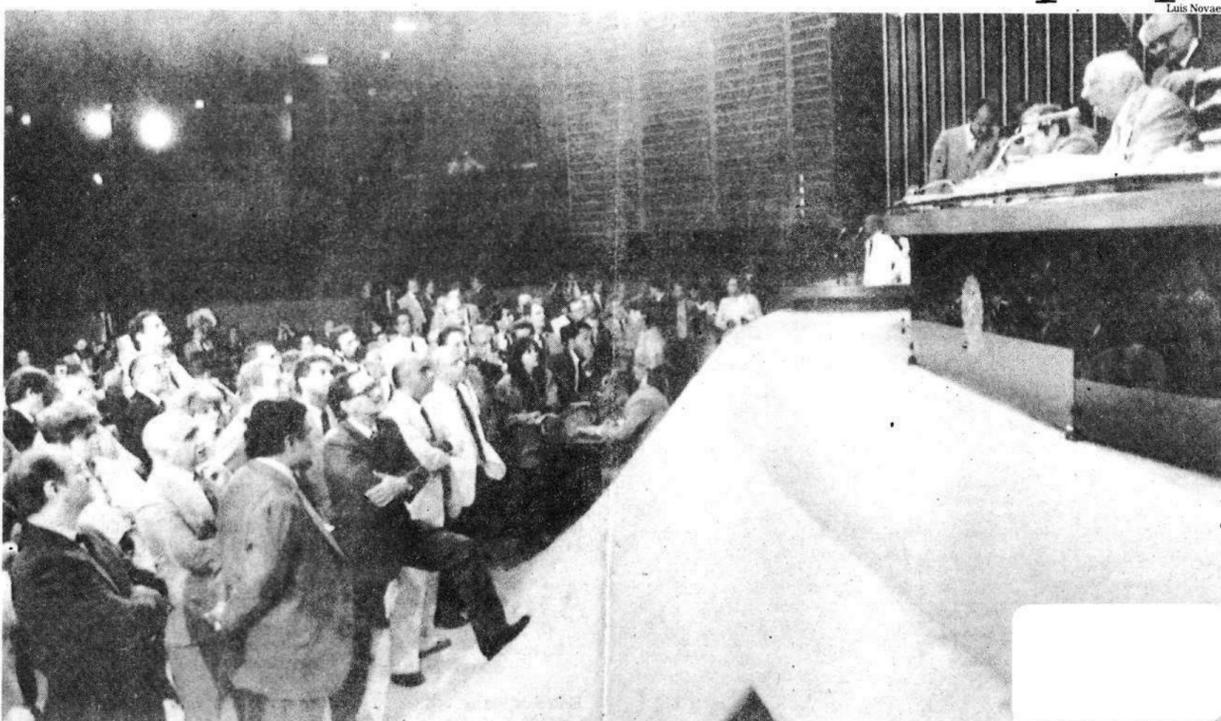
ROBERTO LOPES

Enviado especial a Brasília

Um grupo de deputados que integra o Centrão desde a sua criação —sob o nome de Centro Democrático—, há mais de três meses, iniciou, ontem, contatos para abandonar o Centrão e se realinhar com a liderança do PMDB na Constituinte.

Houve pelo menos quatro conversas nesse sentido. Pela manhã, os deputados Expedito Machado e Ubiratan de Aguiar, ambos do PMDB cearense, procuraram o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), para informá-lo de suas intenções. Por volta das 11h, Ubiratan e seu colega de bancada Raimundo Bezerra comunicaram a notícia, dentro do plenário da Câmara, ao presidente do PMDB da Bahia, deputado Generaldo Correia. Pouco depois das 14h, Ubiratan foi conversar com o líder dos peemedebistas na Constituinte, senador Mário Covas (SP) e no final da tarde voltou a ter um encontro com Ulysses, dessa vez no Palácio do Planalto.

Ubiratan, que assinou a emenda Mathews Iensen (de cinco anos de mandato para o presidente José Sarney), disse ontem à Folha que seu grupo "está disposto a reexaminar sua posição sobre todos os temas da Constituinte, inclusive as questões do mandato e do regime de governo. Nós montamos o Centro Democrático para alterar o regimento da Constituinte e alguns pontos do projeto aprovado na Co-



O deputado Ulysses Guimarães, na presidência da Mesa do Congresso constituinte, fala aos parlamentares durante a sessão plenária da tarde de ontem, em Brasília

Lideranças já acertaram a redação final do artigo

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

O Centrão não se opõe, a liderança do PMDB está abertamente de acordo, enquanto setores mais ideologizados da esquerda, mesmo lançando mão de alguma manobra regimental de última hora, já se mostram conformados. O fato é que a definição da propriedade privada reunia ontem todos os ingredientes para a fórmula consensual que o plenário constituinte sacramentará na segunda-feira ou, no máximo, na terça.

O texto do parágrafo 38 do artigo 6º da Constituição, salvo pequenas modificações de última hora, terá a seguinte redação: "É assegurado o direito de propriedade, protegido pelo Estado, subordinado ao bem-estar social. A lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação pelos Poderes Públicos nos casos de necessidade pública ou interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição".

A questão da indenização em dinheiro —calcanhar de aquiles de mais que possíveis impasses— foi fixada como princípio, sem no entanto tornar-se um procedimento aplicável quando se trata de imóveis urbanos ou rurais desapropriados por "interesse social". A ressalva

não consta obviamente do parágrafo 38. Está prevista no título reservado à Ordem Econômica, que será votado dentro de mais duas ou três semanas.

Nessa altura do texto constitucional, a proposta do Centrão, devidamente protocolada com mais de 280 assinaturas, não destoa nem um pouco do que a esquerda conseguiu aprovar na Comissão de Sistematização. A saber: a desapropriação de imóveis destinados às reformas urbanas e agrárias poderá ser feita com títulos da dívida pública. E esta, justamente, a exceção de peso à regra que consagra o princípio da indenização em dinheiro.

O acordo em torno do assunto foi esboçado pouco antes da meia-noite de anteontem, no gabinete do senador Virgílio Távora (PDS-CE). Estavam reunidos, entre outros, os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso (ambos PMDB-SP) e os deputados Afif Domingos (PL-SP) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). "Radicais" do Centrão, como Ricardo Fiuza (PFL-PE), mesmo ausentes, disseram ontem de manhã concordar com a fórmula conciliatória.

Outros, como José Lins (PFL-CE) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), disseram que meditariam durante o fim-de-semana. Mas ambos se aconselharam junto ao senador Jarbas

Passarinho (PDS-PA), um dos adeptos de primeira hora desse texto.

Ele não foi votado ontem porque: 1) a maior parte dos constituintes só tomou conhecimento quando, dez minutos antes de encerrada a sessão, o líder do PMDB, Mário Covas, leu o texto ao microfone; 2) o Centrão, segundo o senador José Richa (PMDB-PR), já havia "liberado" na véspera seus integrantes para retornarem aos respectivos Estados; 3) o texto conciliatório ainda não constava da ordem do dia.

A diferença entre a indenização em dinheiro ou a títulos da dívida pública, afirma o líder do PTB, Gastone Righi (SP), "é bem mais jurídica que ideológica". A indenização, se desapropriaria em nome do "interesse público", e a títulos, em nome do "interesse social", segundo uma distinção que o título 7, o da "Ordem Econômica e Financeira", certamente efetivaria.

Righi afirma que, se a proposta da Comissão de Sistematização estivesse sendo retida nesta última etapa da redação da Constituição, qualquer bem não imóvel estaria com sua propriedade subordinada ao princípio da "função social", podendo-se desapropriar um relógio de pulso ou um carrinho de bebê. "Imagine que eu compre um ônibus de 40 lugares, e resolva transformá-lo para acomodar apenas quatro pessoas. Agora, a Prefeitura de

minha cidade não mais poderá desapropriá-lo, só porque a função social do veículo seria a de transportar outros 36 passageiros que tiveram seus assentos suprimidos", argumenta ele.

Mas se em casos extremos as coisas estão claras, a verdade é que persistem algumas dúvidas imensas. Ex-prefeito de São José dos Campos e com certa experiência em administração municipal, o deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) afirmava ontem, por exemplo, "esperar" que haja jurisprudência suficiente para que a desapropriação de um imóvel urbano, para a abertura de uma avenida ou a construção de um viaduto, seja considerada de "interesse público", exigindo com isso indenização em dinheiro, e não de "interesse social", o que remete a uma reforma urbana e, por isso mesmo, possibilitaria ao município emitir títulos para indenizar o proprietário.

E também em nome de um contorno imediato dessas possíveis confusões que interessa às bancadas de esquerda (PT, os dois PCs, PSD e MUP) suprimir, desde já, a obrigatoriedade de os poderes públicos indenizarem com um cheque bancário imediatamente descontável. José Genoino (PT-SP) dizia ontem ser até possível que seu partido aprove a fórmula de conciliação, mas a seguir apresentaria uma emenda supressi-

Rejeição de artigo gera o "buraco cinzento"

O "buraco cinzento" mencionado ontem pelo deputado Ulysses Guimarães é uma variação do que se convencionou chamar de "buraco negro", previsto no regimento interno. O "buraco negro" se dá com a rejeição de um capítulo e a não aprovação de outro em seu lugar. O "buraco cinzento" ocorre com a rejeição de um artigo ou parágrafo.

Depois de uma primeira rejeição, e antes que se dê o "buraco negro", é aberto um prazo de 24 horas para apresentação de destaques. Segue-se uma nova votação e, se o capítulo for rejeitado, a sessão é suspensa por 24 horas. Novos destaques podem ser apresentados e na sessão seguinte o projeto da Sistematização é colocado em votação, já que as votações anteriores referem-se ao substitutivo do Centrão. Se também o texto da Sistematização for rejeitado, chega-se ao "buraco negro".

O "buraco cinzento" pode ocorrer nos destaques de votação em separado, que exigem 280 votos para aprovar ou não o artigo. A diferença é que, apesar da abertura dos prazos previstos no "buraco negro", as votações dos itens seguintes prosseguem (ou seja, as sessões não são suspensas quando houver rejeição da proposta do Centrão).

PF apura responsabilidade pela colocação de cartazes

Do Sucursal de Brasília

O procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, solicitou ontem à Polícia Federal que apure a responsabilidade criminal dos dirigentes dos sindicatos dos Bancários do Rio e de Brasília, em virtude dos cartazes em que classificam os integrantes do Centrão como "traidores do povo". Pertence fez o pedido atendendo o que recebeu ontem de manhã do presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães. No final da tarde, em nota oficial, a CUT considerou "inadmissível que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de guarda às ameaças do deputado Amaral Netto" feitas anteontem.

A nota afirmava que a atitude de Ulysses "legitima a atitude dos parlamentares do Centrão" e que "o que fica desse episódio é a perseguição política à CUT e o acobertamento de práticas que não dignificam a Assembleia Constituinte". Terminou reafirmando a disposição da CUT em "continuar a denunciar os parlamentares do Centrão".

No ofício, Ulysses cita o artigo 5º do regimento interno do Congresso

constituinte, que lhe atribui o dever de "zelar pelo prestígio e o decoro da Assembleia Nacional Constituinte, bem como pela dignidade de seus membros, em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas". Ele invocou também o artigo 146 do Código Penal, sobre o constrangimento ilegal que prevê pena de três meses a um ano de reclusão, ou multa.

Segundo a Procuradoria Geral, a PF deverá colher as provas (os cartazes) e ouvir seus autores, apresentando o resultado do inquérito ao Ministério Público. Este decidirá se oferece ou não denúncia à Justiça, que, finalmente, decidirá se houve ou não o crime apontado por Ulysses.

Na sessão de ontem do Congresso constituinte, vários parlamentares voltaram a atacar a iniciativa da CUT e dos sindicatos dos Bancários. Vitor Faccioni (PDS-RS) sugeriu que a CUT fosse declarada proscrita. O líder do PT no Congresso constituinte, deputado Luis Inácio Lula da Silva, disse que pediria aos dirigentes da CUT que procurassem não generalizar o tratamento dado aos parlamentares.

'Pioneiros' do MUP decidem sair do partido no dia 24

Do Sucursal de Brasília

O PMDB é inviável. A partir desta constatação, uma parte dos integrantes do Movimento de Unidade Progressista (MUP) que reúne a ala "esquerda" do PMDB aproveitará a reunião extraordinária do Diretório Nacional do partido, marcada para o próximo dia 24, para sair do PMDB. A decisão é irreversível.

Batizados como "pioneiros", os deputados Fernando Lyra (PE), Cristina Tavares (PE), José Carlos Sabóia (MA) e o senador José Paulo Bisol (RS) estão decididos a comparecer à reunião do Diretório para ler um documento que aponta as contradições do PMDB e entregar a carta de saída. A posição foi fechada, na noite da última quarta-feira, numa reunião na casa de Bisol, onde o MUP analisou as perspectivas da reunião do Diretório.

Os "pioneiros" não acreditam na reunião, que segundo eles, será esvaziada ou inconclusiva. Um grupo mais numeroso do MUP, integrado por Nelson Friedrich (PR), Hermes Zanetti (RS), Octávio Elisio

(MG) e Rose de Freitas (ES) entre outros, espera a conclusão da reunião para uma posição definitiva.

Até ontem, o grupo mantinha a decisão de não se filiar a outro partido, esperando um posicionamento global do MUP. Ninguém pensa em seguir os deputados Ademir Andrada (PA) e Abigail Feitosa (BA), que deixaram o PMDB e ingressaram a bancada do PSB no Congresso constituinte. Todos comentam a viabilidade da formação de um novo partido.

A pressa dos "pioneiros" em deixar o PMDB foi aguçada pela conduta da liderança do PMDB (o grupo do senador Mário Covas) nas negociações com o Centrão nas votações da nova Constituição. Muitos membros do MUP estão descontentes com Covas, que estaria "cedendo" em demais para o Centrão. O grupo que espera as conclusões finais da reunião do Diretório aposta numa ação conjunta com o grupo dos "históricos", responsável pela convocação extraordinária.



Osmar Santos

PV-SP pode ter Osmar Santos para prefeito

Da Redação

O apresentador de rádio e TV Osmar Santos, 38, reuniu-se ontem com lideranças estaduais do Partido Verde para tratar de sua filiação e candidatura à Prefeitura de São Paulo. Decepcionado com os partidos tradicionais, em especial o PMDB ao qual hoje é filiado (e simpático aos senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas), declarou que "o crescimento do PV é bom para a política, por ser um partido sem os vícios dos demais".

Quanto à sua candidatura, Osmar Santos "vê com bons olhos" mas pede tempo para pensar. "Seria uma mudança radical na minha vida." Ele deve encontrar-se agora com Fernando Gabeira, da executiva nacional do PV, e filiar-se ao partido em março, junto com a cantora Rita Lee.

Erramos

Na edição do dia 3 de fevereiro a Folha errou ao informar na pág. A-12 que o senador Virgílio Távora (PDS-CE) havia sido eleito governador do Ceará em 1963 pela Arena. Ele foi eleito pela UDN. O "Erramos" publicado no dia seguinte à pág. A-9 referia-se a um erro inexistente na reportagem publicada no dia 3.

Marinha desenvolve canhão antimíssil

Do Sucursal do Rio

O Instituto de Pesquisa da Marinha (IPqM), na Ilha do Governador (zona norte do Rio de Janeiro), está desenvolvendo dois projetos inéditos no Brasil: um canhão antimíssil —em fase de teste— e o Sistema de Informações Táticas e de Apoio à Navegação (Sitan), do qual participam as empresas paulistas Esca (Engenharia de Sistemas de Esca e Automação S.A.) e Datanave S.A., e a carioca SFB-Informática S.A. Fazem parte do projeto do Sitan a construção de transdutores de cerâmica de som (que transformam energia elétrica em sonora e vice-versa) e um foguete do sistema "chaff" (capaz de confundir e despistar o alvo inimigo, criando falsas

imagens, como uma nuvem), que já está sendo construído pela Companhia de Explosivos Valparaíba, em São Paulo.

Em entrevista exclusiva à Folha, o diretor do IPqM, contra-almirante Mario Jorge Ferreira Braga, 51, disse que o canhão antimíssil é capaz de dar 1.200 tiros por minuto, destruindo o alvo entre dois a três quilômetros de distância do navio. "O canhão está em fase final de ensaios e deverá ser repassado para fabricação, ainda este ano, provavelmente a uma empresa particular. Mas estes detalhes não nos cabe. Tratamos apenas de desenvolver o projeto e acabá-lo", disse ele.

Segundo o contra-almirante, o

Sitan coletará informações provenientes de vários sensores, como radares e sonares, integradas num computador que processará todos os dados, oferecendo soluções automáticas para problemas táticos de navegação. Já com os transdutores de cerâmica, informou, a acústica submarina poderá realizar a progressiva nacionalização de aparelhos e técnicos de solar (som embaixo da água). "Além das cerâmicas, estamos desenvolvendo técnicas de processamento e sinal que permitem identificar objetos submersos, como submarinos e cascos de navios. Esses estudos são muito importantes, não só para fins militares, como também para os econômicos de uso do oceano", afirmou o contra-almirante.